

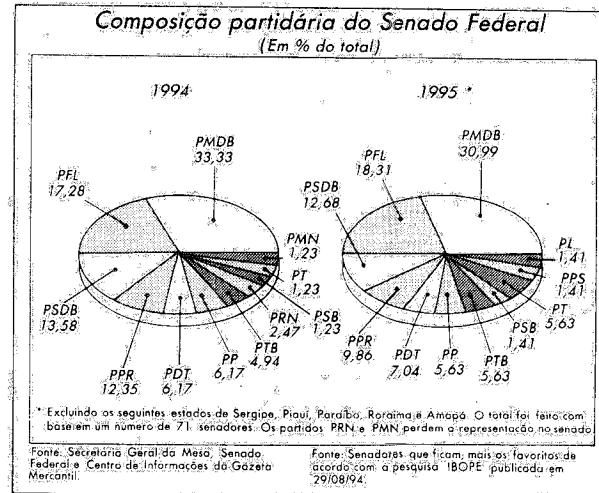
Tudo se resolve com chazinho

por Eliane Cantanhêde
de Brasília

Nem só de tribuna vive o Senado. Vive também, com admitem parlamentares de diferentes partidos, do velho, comodista e perigoso conchavado. Diz a tradição, ali, que ninguém discute, ninguém briga, tudo se resolve com um chazinho e algumas conversas de cunhado. Um caso típico, e recente, foi a absolvição por falta de quórum do senador Ronaldo Aragão, acusado com provas pela CPI mista do Orçamento.

Mas o atual deputado José Serra, candidato ao Senado pelo PSDB de São Paulo, vai logo avisando: "Não aceito pagar jóia desse clube. Não contem comigo para essa história de acertar tudo como compadres e, se insistirem, vou obstruir as votações", declarou a este jornal, em alto som.

"É verdade. O Senado é um clube. Acho que é porque funciona como a casa da moderação, dos políticos mais velhos, mais tradicionais", diz o senador Mário Covas, agora candidato ao governo de São Paulo. E ele tem uma explicação para isso: como a eleição é majoritária — são três senadores por estado, independente do número de população, e vence quem tem maioria de votos —, é muito mais difícil. Ou seja: em ge-



ral concorrem os políticos mais do que traquejados.

As coisas estão mudando. O próprio Covas registra que, dos quarenta e quatro senadores que se elegeram na sua leva, em 1986, com a polvora do Plano Cruzado, devem restar agora no máximo vinte. Entretanto, segundo o líder governista no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), estas eleições devem trazer ainda muitos ex-governadores, como Vilson Klemubing (SC), Antônio Carlos Magalhães (BA) e Francelino Pe-

reira (MG) Roberto Requião (PR), Ronaldo Cunha Lima (PB) e Iris Reisende (GO), mas isso não é ruim, significa maior dose de pragmatismo. "Quem já esteve no Executivo, como eu, sabe que não adianta muito sonhar. Todo mundo tem que ter os pés no chão", ensina Simon.

O Senado é o representante da Federação. Ou seja, tem competência exclusiva para legislar sobre endividamento dos estados; escolha de ministros de tribunais superiores, como do próprio Su-

premo Tribunal Federal; nomeação do presidente do Banco Central; aval dos novos embaixadores em delegações permanentes no exterior. Sobretudo a questão tributária é de sua alçada.

"Só que, na prática, o Senado não tem passado de mera casa revisora das decisões da Câmara", critica Roberto Freire (PPS), candidato favorito em Pernambuco. Ele, como Serra, tem planos e ânimo para mudanças. "Não se pode deixar, e eu não vou deixar, que o Senado se ausente de discussões fundamentais para o País, como a de uma ampla política industrial", avisa.

São 81 senadores, amplos gabinetes e corredores. O plenário é redondo, sóbrio e digno como convém, e fica interligado a uma espécie de salão de chá exclusivo de suas excelências, os senadores. Fora, a arquitetura de Niemeyer. Dentro, só faltam as cartolas e os coletes para lembrar a pompa do Império. A três velhos funcionários, entretanto, foi feita uma pergunta, sem resposta: que grandes projetos surgiram dali nos últimos anos? Um que se poderia lembrar foi o da concessão dos serviços públicos para a iniciativa privada, de autoria do hoje presidenciável Fernando Henrique Cardoso. Lá se vão alguns anos. Até hoje, o projeto não virou lei.